

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSOS CONTRA O GABARITO PARCIAL DE TODOS OS CARGOS

O setor de provas e avaliação da SEPROD reuniu-se junto com a equipe de professores, para analisar os recursos administrativos dos candidatos, opostos tempestivamente contra a publicação do gabarito parcial, proferindo os seguintes julgamentos e esclarecimentos de questões:

Banca Examinadora do Concurso Público.



RESPOSTA AOS RECURSOS DO PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRARÁ

A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

QUESTÃO: 10

Resposta: INDEFERIDO

Conjugação dos tempos verbais do modo indicativo. Vamos conjugar: o futuro do presente, o futuro do pretérito e o mais que perfeito (todos do modo indicativo), para elucidar a compreensão da recusante.

Mais-que-perfeito do	Futuro do Pretérito do	Futuro do Presente do
Indicativo	Indicativo	Indicativo
eu extinguira tu extinguiras ele extinguira nós extinguíramos vós extinguíreis eles extinguiram	eu extinguiria tu extinguirias ele extinguiria nós extinguiríamos vós extinguiríeis eles extinguiriam	eu extinguirei tu extinguirás ele extinguirá nós extinguiremos vós extinguireis
cies extinguitani	cies extinguiriam	eles extinguirão

QUESTÃO: 13

Resposta: INDEFERIDO

O item V enuncia o seguinte:

"A expressão: "<u>mais numeroso</u>" retoma "<u>os animais humanos</u>" → a expressão "<u>mais numeroso</u>" retoma "<u>o lado que pende para a morte</u>".

Sugerimos consulta ao contexto da prova.



CARGO: FONOAUDIÓLOGO

QUESTÃO: 20

Resposta: DEFERIDO Questão ANULADA



CARGO: NUTRICIONISTA

QUESTÃO: 30

Resposta: DEFERIDO

GABARITO ALTERADO PARA "B"



CARGO: ENFERMEIRO

QUESTÃO: 19

Resposta: INDEFERIDO

Segundo Souza (2014) "A intoxicação digitálicos acontece com frequência, já que o intervalo entre os níveis terapêuticos e tóxicos é muito pequeno. Os sintomas clínicos mais comuns de superdosagem são anorexia, náuseas e vômitos, visão embaçada e desorientação. AS MAIORES CAUSAS DE INTOXICAÇÃO SÃO A DEPLEÇÃO DE POTASSIO E A DIMINUIÇÃO DA FUNÇÃO RENAL COM A IDADE. AS ALTERAÇÕES DA FUNÇÃO RENAL, HIPERCALCEMIA, ALCALOSE, MIXEDEMA, HIPOMAGNESEMIA, IAM RECENTE, HIPOXIA E HIPOCALCEMIA PODEM AUMENTAR A SENSIBILIDADE AOS EFEITOS TOXICOS DOS DIGITÁLICOS". Logo a assertiva "C" encontra-se correta.

Referência:

SOUZA, Gilberto Barcelos. Manual de Medicamentos Citostáticos (2014); Manual de Drogas Injetáveis, 3ª edição

SMELTZER, S.C.; BARE, B.G.; HINKLE, J.L.; CHEEVER, K.H. Brunner & Suddarth — Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 11a Edição. Volume 2. Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro — RJ, 2009.

QUESTÃO: 32

Resposta: DEFERIDO Questão ANULADA



CARGO: PSICÓLOGO

QUESTÃO: 31

Resposta: DEFERIDO Questão ANULADA



CARGO: FISIOTERAPIA

QUESTÃO: 19

Resposta: INDEFERIDO

Sobre o recurso interposto, alega a candidata que a alternativa "d" da questão 19 estaria incorreta, apresentando como fundamento que a literalidade segundo minosso et al (2010) o índice de Barthel é um instrumento amplamente usado para avaliação da independência funcional e mobilidade dos idosos, alegando que ela não foi desenvolvida com o objetivo de avaliar o potencial funcional e os resultados do tratamento de reabilitação dos pacientes que sofreram acidente vascular cerebral.

O recurso atendeu aos requisitos formais exigidos pelo Edital, razão pela qual se passa à análise do mérito do mesmo.

As alegações formuladas pela recorrente não merecem amparo, quer seja em termos doutrinários, legislativos ou jurisprudenciais, senão vejamos:

A alternativa "d" da questão impugnada está correta, pois de acordo com Arlindo Maciel autor do livro avaliação multidisciplinar do paciente geriátrico, o índice de Barthel, foi desenvolvido em 1965 para avaliar o pertenciam funcional e os resultados do tratamento de reabilitação dos pacientes que sofreram um acidente cerebral, mostra que este teste mede o grau de assistência exigido em nove atividades de cuidados pessoais de vida diária e seis itens referentes a sua mobilidade.

Assim sendo, à <u>unanimidade</u>, conhece do recurso administrativo e no mérito, <u>indefere-se</u>, mantendo o gabarito preliminar em sua integralidade.

Cientifique-se e Publique-se.



A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

QUESTÃO: 01

Resposta: INDEFERIDO

- 1 O texto é narrativo e está em total conformidade com o que se cobra na questão; conferindo o narrador observador de terceira pessoa discurso indireto.
- 2 Os dois trechos que registra a voz dos personagens não constituem a predominância textual, tampouco estes trechos atendem a nenhuma das alternativas.
- 3 Além de nada convergir para o que QUER a recusante, que também não conseguiu perceber que, após o narrador dar voz aos personagens em <u>RÁPIDO DIÁLOGO</u>, ele (o narrador) retoma sua narrativa, para finalizar o texto, conforme transcrevemos a seguir.

"E os urubus, em uníssono, expulsaram da floresta os passarinhos que cantavam sem alvarás...".

4 – Sugerimos que a recusante releia o texto com calma.

Estamos transcrevendo o texto:

Urubus e sabiás

"Tudo aconteceu numa terra distante, no tempo em que os bichos falavam... Os urubus, aves por natureza becadas, mas sem grandes dotes para o canto, decidiram que, mesmo contra a natureza, eles haveriam de se tornar grandes cantores. E para isto fundaram escolas e importaram professores, gargarejaram dó-ré-mi-fá, mandaram imprimir diplomas, e fizeram competições entre si, para ver quais deles seriam os mais importantes e teriam a permissão para mandar nos outros.

Foi assim que eles organizaram concursos e se deram nomes pomposos, e o sonho de cada urubuzinho, instrutor em início de carreira, era se tornar um respeitável urubu titular, a quem todos chamam de Vossa Excelência.

Tudo ia muito bem até que a doce tranquilidade da hierarquia dos urubus foi estremecida. A floresta foi invadida por bandos de pintassilgos tagarelas, que brincavam com os canários e faziam serenatas para os sabiás... Os velhos urubus entortaram o bico, o rancor encrespou a testa, e eles convocaram pintassilgos, sabiás e canários para um inquérito.

- Onde estão os documentos dos seus concursos? E as pobres aves se olharam perplexas, porque nunca haviam imaginado que tais coisas houvessem. Não haviam passado por escolas de canto, porque o canto nascera com elas. E nunca apresentaram um diploma para provar que sabiam cantar, mas cantavam simplesmente...
- Não, assim não pode ser. Cantar sem a titulação devida é um desrespeito à ordem.

E os urubus, em uníssono, expulsaram da floresta os passarinhos que cantavam sem alvarás...



MORAL: Em terra de urubus diplomados não se ouve canto de sabiá."

(ALVES, Rubem. Estórias de quem gosta de ensinar — O fim dos Vestibulares, Editora Artes Poética — São Paulo, 1995, p. 81.)

QUESTÃO: 03

Resposta: INDEFERIDO

- 1 Houve equivoco na distinção entre um pronome e uma contração prepositiva.
- 2 A recusante não entendeu o que está sendo pedido / cobrado na questão, desconsiderando o verbo **inicia(m)**. Talvez por conta disto, confunde o termo que inicia o parágrafo com o que está dentro do parágrafo, além de confundir as classes gramaticais (morfologia).

 3 Leia o que se pede:

Marque o(s) parágrafo(s) que inicia(m) com termo pronominal que resume(m) e/ou abrange(m) informação (ções).

- 4 O termo numa formado por (em + uma) é uma PREPOSIÇÃO e não (PRONOME).
- 5 O termo pronominal é **TUDO –> pronome indefinido.**



CARGO: PORTEIRO / VIGIA

QUESTÃO: 21

Resposta: INDEFERIDO

- 1 O recusante deixou de ler o enunciado com a devida atenção. Está equivocado ao trata uma proposição / enunciação / frase por "VERSO". Este termo "VERSO" refere-se à estrutura de poema.
- 2 Estamos transcrevendo o que consta na estrutura da questão 21:

O vigilante ou porteiro deve registrar também ocorrências que influenciem direta ou indiretamente na segurança do posto de serviço. Esse registro é de suma importância para o controle e gerenciamento das normas procedimentais de segurança, pela empresa ou no caso de condomínios a Assembleia de Moradores.

As ocorrências lavradas no Livro de Ocorrências Gerais referem-se a:

3 – Lembramos ao recusante que o registro de todas as ocorrências é obrigatório em quaisquer situações, dentro do prédio e nas imediações dele.

QUESTÃO: 28

Resposta: INDEFERIDO

- 1 A recusante desconhece o conteúdo do item 3. Para contrariar o referido conteúdo, é preciso desfazer o que há de oficial e legal sobre a profissão de Porteiro Vigia.
- 2 Para conhecimento e esclarecimento do equívoco, estamos enviando as fontes oficiais e legais que foram consultadas para a elaboração da questão.

Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, Regulamenta a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que "dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências".

- Art 33. O uniforme será adequado às condições climáticas do lugar onde o vigilante prestar serviço e de modo a não prejudicar o perfeito exercício de suas atividades profissionais.
 - § 1º. Das especificações do uniforme constará:
 - I apito com cordão;
 - II emblema da empresa; e
 - III plaqueta de identificação do vigilante.
- § 2º. A plaqueta de identificação prevista no inciso III do parágrafo anterior será autenticada pela empresa, terá validade de 6 (seis) meses e conterá o nome, número de registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e fotografia tamanho 3x4 do vigilante.
- 2. 1 (http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/decreto/Antigos/D89056.htm)
- 2. 2 (http://www.sindesprs.com.br/ups/decreto159295.php)
- 2. 3 (http://www.empregabrasil.org.br/arqs/envcwh8hklysd.htm)



Garantias inerentes da profissão

É assegurado ao vigilante:

- uniforme especial, aprovado pelo Ministério da Justiça, às expensas da empresa a que se vincular;
- porte de arma, quando em serviço;
- prisão especial por ato decorrente do serviço;
- seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.

O vigilante usará uniforme somente quando em efetivo serviço. A vestimenta será adequada às condições climáticas do lugar onde o vigilante prestar serviço e de modo a não prejudicar o perfeito exercício de suas atividades profissionais.

Das especificações do uniforme constará:

- apito com cordão;
- emblema da empresa; e
- plaqueta de identificação do vigilante.

A plaqueta de identificação será autenticada pela empresa, terá validade de 6 (seis) meses e conterá o nome, número de registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e fotografia tamanho 3x4 do vigilante.

Responsabilidade pelo armamento

As armas destinadas ao uso dos vigilantes serão de propriedade e responsabilidade:

- das empresas especializadas;
- dos estabelecimentos financeiros quando dispuserem de serviço organizado de vigilância, ou mesmo quando contratarem empresas especializadas.
- 2. 4- (http://www.donnicision.com/site2011/artigos_detail.asp?cod=135)
- 2. 5- (http://www.jurisway.org.br/v2/bancolegis1.asp?pagina=4&idarea=17&idmodelo=2416)



CARGO: MOTORISTA PROFISSIONAL

QUESTÃO: 20

Resposta: INDEFERIDO

Conforme abalizado abaixo os itens I, II, III e IV referentes aos artigos 210, 165, 170, 174 são infrações que preveem a suspensão do direito de dirigir do condutor. Apenas o item V NÃO prevê suspensão do direito de dirigir do condutor.

São infrações que preveem a suspensão do direito de dirigir do condutor:

I. Transpor, sem autorização, bloqueio viário policial.

Art. 210. Transpor, sem autorização, bloqueio viário policial:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa, apreensão do veículo e suspensão do direito de dirigir;

Medida administrativa - remoção do veículo e recolhimento do documento de habilitação.

II. <u>Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.</u>

Art. 165. Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência: (Redação dada pela Lei nº 11.705, de 2008)

Infração - gravíssima; (Redação dada pela Lei nº 11.705, de 2008)

Penalidade - multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses. (Redação dada pela Lei nº 12.760, de 2012)

Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo, observado o disposto no § 4º do art. 270 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - do Código de Trânsito Brasileiro. (Redação dada pela Lei nº 12.760, de 2012)



III. <u>Dirigir ameaçando os pedestres que estejam atravessando a via pública, ou os</u> demais veículos.

Art. 170. Dirigir ameaçando os pedestres que estejam atravessando a via pública, ou os demais veículos:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa e suspensão do direito de dirigir;

Medida administrativa - retenção do veículo e recolhimento do documento de habilitação.

- IV. <u>Promover, na via, competição, eventos organizados, exibição e demonstração de perícia em manobra de veículo, ou deles participar, como condutor, sem permissão da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via.</u>
- **Art. 174**. Promover, na via, competição, eventos organizados, exibição e demonstração de perícia em manobra de veículo, ou deles participar, como condutor, sem permissão da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via: (Redação dada pela Lei nº 12.971, de 2014) (Vigência) Infração gravíssima;

Penalidade - multa (dez vezes), **suspensão do direito de dirigir** e apreensão do veículo; <u>(Redação dada pela Lei nº 12.971, de 2014)</u> <u>(Vigência)</u>

Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e remoção do veículo.

V. <u>Transitar com o veículo na faixa ou pista da direita, regulamentada como de circulação exclusiva para determinado tipo de veículo, exceto para acesso a imóveis lindeiros ou conversões à direita.</u>

Art. 184. Transitar com o veículo:

I - na faixa ou pista da direita, regulamentada como de circulação exclusiva para determinado tipo de veículo, exceto para acesso a imóveis lindeiros ou conversões à direita:

Infração - leve;

Penalidade – multa.